

REGULAMENTO DOS PONTOS MUNICIPAIS DE BANDA LARGA

Nota Justificativa

No âmbito da candidatura do Projecto Seixal Digital, e mais especificamente do sub-projecto “3.1 – Pontos Municipais de Banda Larga”, ao Programa Operacional da Sociedade da Informação, a equipa da Direcção do Projecto Municipal Seixal Digital tem vindo a desenvolver as tarefas em conformidade com o aprovado e estabelecido na Candidatura ao aludido Programa.

No decorrer da implementação deste sub-projecto considerou-se necessário estabelecer um regulamento comum a todos os Pontos Municipais de Banda Larga.

O presente regulamento pretende consolidar estratégias que assegurem e regulem o acesso às tecnologias de informação e comunicação disponibilizadas pelo Município. Baseado no Regulamento do Espaço Internet, agregando normas e posturas de outros sectores com o mesmo tipo de serviço, tem a sua maior inovação nos artigos referentes à utilização da tecnologia sem fios. Por se tratarem de acessos através de equipamentos pessoais, a salvaguarda das responsabilidades, por parte da Câmara, pela incorrecta utilização ou risco de danos pela instalação de software malicioso é expressamente referida.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Objecto e âmbito de aplicação

O presente Regulamento define as regras de funcionamento dos Pontos Municipais de Banda Larga (adiante designados por P.M.B.L.), bem como as regras de utilização das tecnologias de informação e comunicação aí disponibilizadas pelo Município às pessoas singulares ou às pessoas colectivas, públicas ou privadas.

Artigo 2º

Propriedade, administração e objectivos

- 1.** Os P.M.B.L. são estruturas e sistemas das novas tecnologias da informação e comunicação, da propriedade do Município, os quais são administrados pelo seu órgão executivo a Câmara Municipal.
- 2.** Os P.M.B.L. têm como objectivo assegurar a generalização do uso de equipamentos e acesso à Internet, tendo em vista a sua plena fruição e o seu aproveitamento pelos utilizadores, assumindo simultaneamente uma componente pedagógica.
- 3.** A utilização dos P.M.B.L. fica sujeita à observância das regras do presente Regulamento, definidas em conformidade com as linhas programáticas da Câmara Municipal, aplicando-se supletivamente as regras internas que vigorem nos serviços municipais que disponibilizam o livre acesso a tecnologias de comunicação e informação.

CAPÍTULO II DO ACESSO

Artigo 3º Condições de acesso

1. Só terão acesso às funcionalidades dos P.M.B.L os utilizadores que adquiram essa qualidade, nos termos previstos no número um do artigo quinto do presente Regulamento.
2. Os utilizadores com idade compreendida entre os seis e os doze anos, serão obrigatoriamente acompanhados por pessoa maior, que assumirá a responsabilidade pela vigilância, comportamento e utilização dos equipamentos pelos menores, sem prejuízo do acompanhamento que será prestado pelos funcionários em exercício nos P.M.B.L.
3. A pessoa maior responsável pelos menores, nos termos do número anterior, será identificada nos P.M.B.L. de harmonia com o previsto no número três do artigo quinto do presente Regulamento sem contudo passar a deter a qualidade de utilizador.

Artigo 4º Gratuidade dos serviços de utilização

Os serviços prestados nos P.M.B.L. são gratuitos, com excepção dos consumíveis e trabalhos de impressão que serão pagos de acordo com o Tarifário e Preçário da Câmara Municipal em vigor, o qual se acha publicado em Edital e se encontrará afixado em todos os P.M.B.L.

Artigo 5º Utilizadores

1. A qualidade de utilizador adquire-se com a inscrição nos serviços municipais destinados para o efeito, designadamente, nas Lojas do Município, nas Oficinas de Juventude, nos Pólos de Biblioteca e noutros que venham a ser indicados pela Câmara Municipal.
2. A aquisição do título de utilizador importará o reconhecimento e o consentimento expressos dos critérios de qualidade, de segurança da utilização dos equipamentos e de protecção dos direitos das pessoas definidos nos números sete e nove deste artigo.
3. No acto do registo, o interessado apresentará documento de identificação válido, entendendo-se como tal, cédula pessoal, bilhete de identidade ou passaporte, sob pena de não poder efectuar o registo.
4. A Câmara Municipal propõe-se implementar um sistema de credenciação individual para acesso ao sistema, compreendendo a atribuição de um nome de utilizador e respectiva palavra-passe, mediante registo.
5. O nome de utilizador e respectiva palavra-passe serão pessoais e intransmissíveis e expirarão após cem horas de utilização.
6. Os utilizadores poderão proceder à consulta, alteração e revalidação dos dados constantes dos respectivos registos, bem como ao seu cancelamento, mediante o preenchimento de formulário próprio.

7. Com vista à manutenção da qualidade do serviço, à garantia da integridade e segurança da utilização da Internet bem como à protecção dos direitos das pessoas, de harmonia com a legislação em vigor, a Câmara Municipal registará a informação de todos os acessos e acções feitas pelos utilizadores do sistema.

8. A informação recolhida nos termos do número anterior será reservada e de acesso condicionado, e será apenas utilizada para fins técnicos e estatísticos, salvo se da mesma resultar comprovada a prática de actos ilícitos ou ilegais por parte dos utilizadores, designadamente acções de ataque a equipamentos informáticos que sejam lesivos dos direitos e interesses da Câmara Municipal ou de terceiros, os quais devem, nos termos da lei, ser participados às entidades judiciais para efeitos de investigação criminal ou outra.

9. A Câmara Municipal não poderá garantir tecnicamente a confidencialidade das comunicações através dos acessos sem fios (*wireless*) nos P.M.B.L. equipados para o efeito, pelo que não será responsável por eventuais danos que desse facto possam resultar para os utilizadores, designadamente nas utilizações em funções que implicam particular segurança, confidencialidade ou privacidade, tais como acessos a instituições bancárias ou financeiras, mensagens seguras e controlo remoto de dispositivos.

Artigo 6º

Utilizadores especiais

No P.M.B.L. de Santa Marta do Pinhal, encontra-se instalado um computador que ficará afecto aos utilizadores invisuais.

Artigo 7º

Ordem de acesso e limites

1. Será dada prioridade à utilização dos computadores disponibilizados nos P.M.B.L. no âmbito de acções de formação e sensibilização organizadas em colaboração com escolas, empresas, instituições particulares de solidariedade social ou outros organismos, públicos ou privados, para as quais serão elaborados adequados planos pedagógicos e de utilização.

2. Durante a realização das acções referidas no número anterior, o acesso aos P.M.B.L. será condicionado, em exclusivo, aos respectivos participantes devidamente credenciados.

3. As acções referidas nos números anteriores serão devida e antecipadamente programadas para não prejudicarem a fruição dos P.M.B.L. pelos restantes utilizadores, e sempre que possível anunciada em lugar próprio, com a antecedência mínima de 5 dias úteis.

4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o tempo máximo de utilização seguida dos computadores disponibilizados nos P.M.B.L. será de sessenta minutos.

5. O limite temporal indicado no número anterior não se aplica aos utilizadores que acedam através de equipamento próprio com tecnologia sem fios (*wireless*), devendo estes, contudo, revalidar a sessão no mesmo intervalo de tempo.

6. É interdita a utilização de aplicações de partilha de ficheiros distribuídos, vulgarmente conhecidos por *peer-to-peer* ou *P2P*, designadamente, os programas Kazaa, eMule, Direct Connect, Koiso ou outros que venham a ser criados, dos quais será dado conhecimento aos utilizadores mediante afixação plenamente visível em todos os P.M.B.L.

7. É ainda interdita a utilização de programas informáticos cujo objectivo consista na violação da legislação em vigor ou dos direitos das pessoas, patrimoniais ou não, designadamente, o ataque a sistemas informáticos da Câmara Municipal ou de terceiros ou a prática de acções criminais, de cariz informático, ou não.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

SECÇÃO I DO LOCAL E HORÁRIO

Artigo 8º

Local

Os P.M.B.L. funcionarão nos locais definidos no Anexo I ao presente Regulamento, que dele faz parte integrante, reservando-se a Câmara Municipal o direito de os alterar, adicionar ou suprimir.

Artigo 9º

Horário

1. O horário dos P.M.B.L. será o que se encontrar definido, a qualquer momento, para os serviços instalados nos locais indicados ou que venham a ser definidos nos termos do artigo anterior.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o acesso em equipamento próprio com tecnologia sem fios (*wireless*), nos P.M.B.L. equipados para o efeito, será ininterrupto, ressalvadas as paragens necessárias para manutenção dos equipamentos ou devidas a falhas de fornecimento da Internet ao Município, bem como as paragens que decorram da necessidade de encerramento dos serviços.

3. Nas situações referidas no número anterior, que não ocorram por motivos imprevistos, será previamente afixada nos P.M.B.L. informação sobre os períodos de paragem programados.

SECÇÃO II

DAS MODALIDADES DE UTILIZAÇÃO

Artigo 10º

Regime

1. Os utilizadores poderão navegar livremente na Internet, assim como proceder a qualquer tipo de operação cibernética, com os limites impostos no número seguinte.
2. É interdita a realização de operações ilícitas ou ilegais, bem como o acesso, remoto ou local, a quaisquer conteúdos que pressuponham uma classificação etária incompatível com a natureza pública, cívica e social do serviço prestado nos P.M.B.L., ou cujo perfil seja susceptível de censura penal, nos termos da lei.
3. A utilização de impressoras e *scanners*, quando disponíveis, será sempre acompanhada pelos funcionários ao serviço nos P.M.B.L.
4. É correspondentemente aplicável o disposto no artigo sétimo do presente Regulamento.

Artigo 11º

Instalação de software e integridade dos equipamentos

1. É interdita a instalação de qualquer tipo de *software* nos computadores disponibilizados nos P.M.B.L.
2. É igualmente vedado o acesso ao interior de qualquer equipamento disponibilizado nos P.M.B.L.

Artigo 12º

Organização

A gestão dos tempos de utilização e da assiduidade fica a cargo dos funcionários ao serviço nos P.M.B.L., os quais procurarão disponibilizar aos utilizadores apoio técnico e orientação de referência, quer na utilização dos serviços, quer no acesso aos equipamentos.

SECÇÃO III

DAS NORMAS DE CONDUTA

Artigo 13º

Dos direitos

Os utilizadores têm direito a:

- a) Usufruir dos serviços prestados pelos P.M.B.L.
- b) Ser tratados com urbanidade e sem discriminação.
- c) Confidencialidade dos dados particulares fornecidos no acto de inscrição, salvo nos casos expressamente previstos no presente Regulamento.

- d) Circular livremente nos espaços dos P.M.B.L., salvo nos casos previstos no presente Regulamento ou se adoptarem condutas inadequadas ou perturbadoras do normal funcionamento e utilização dos P.M.B.L. ou se forem portadores de materiais e objectos interditos.
- e) Consultar a informação destinada a uso público.
- f) Aceder gratuitamente à utilização dos equipamentos e à informação disponibilizada.
- g) Adquirir os serviços e bens disponíveis nos P.M.B.L., designadamente impressões e suportes electrónicos para uso individual, mediante o pagamento do respectivo preço.
- h) Participar nas actividades promovidas nos P.M.B.L. que sejam abertas ao público em geral.
- i) Usufruir de um ambiente adequado à utilização dos espaços e dos equipamentos.
- j) Apresentar sugestões, propostas e reclamações, desde que se encontrem devidamente identificados, e obter as respectivas respostas em tempo útil.
- k) Ser informados sobre a organização, serviços, recursos e actividades dos P.M.B.L.

Artigo 14º

Dos deveres

Constituem deveres dos utilizadores:

- a) Conhecer, respeitar e cumprir as normas de utilização e funcionamento dos P.M.B.L. consignadas no presente Regulamento, na lei, e em demais disposições aplicáveis.
- b) Respeitar as indicações dos monitores e demais funcionários ao serviço nos P.M.B.L., sob pena de inibição do direito de permanência e utilização dos serviços.
- c) Tratar com urbanidade as pessoas mencionadas na alínea anterior e os demais utilizadores.
- d) Respeitar o direito de propriedade do Município sobre todos os bens existentes nos P.M.B.L.
- e) Zelar pela preservação, conservação e asseio dos P.M.B.L., suas instalações, mobiliário e equipamentos.
- f) Não perturbar o normal funcionamento e utilização dos serviços e das actividades específicas que venham a ser realizadas nos P.M.B.L., designadamente com ruídos produzidos pelos próprios ou por dispositivos multimédia de som.
- g) Aceder e permanecer apenas nos espaços destinados a utilização pública.
- h) Alertar os funcionários sobre a existência de anomalias que afectem o funcionamento e a utilização dos serviços ou dos equipamentos.
- i) Manter actualizados os seus dados pessoais constantes da ficha de inscrição, sob pena de conhecida a alteração ser inibido da qualificação de utilizador
- j) Indemnizar o Município pelos danos e perdas causados por actos da sua responsabilidade.
- k) Preencher os impressos e formulários que lhes sejam apresentados ou responder a questionários para fins estatísticos ou de gestão.

Artigo 15º
Das interdições

É absolutamente interdito:

- a)** Fumar no interior dos P.M.B.L..
- b)** Tomar alimentos ou bebidas de qualquer natureza no interior dos P.M.B.L..
- c)** Utilizar equipamento ou material diferente do que é disponibilizado nos P.M.B.L., excepto equipamentos pessoais para utilização dos serviços sem fios (*wireless*), designadamente computadores portáteis e PDA`s.
- d)** Realizar operações cibernéticas ilícitas ou ilegais.
- e)** O acesso e permanência nos P.M.B.L. de menores com idade inferior a seis anos.
- f)** O acesso e permanência nos P.M.B.L. de menores com idade inferior a doze anos, inclusive, quando não acompanhados por pessoa maior devidamente identificada.
- g)** Proceder à gravação de ficheiros e utilização de impressoras e *scanners*, sem o acompanhamento dos monitores ao serviço nos P.M.B.L.

Artigo 16º
Limites de responsabilidade do Município

O Município não será responsável por:

- a)** Quaisquer anomalias, avarias de demais problemas de ordem técnica que ocorram no decorrer da utilização dos serviços com os equipamentos pessoais dos utilizadores.
- b)** Quebras de confidencialidade nas comunicações perpetradas por terceiros.
- c)** Quaisquer danos, interrupções de serviço e problemas derivados de *software* malicioso, designadamente vírus informáticos, *spyware*, *hijacking*, ou de insuficiente controlo de acessos por inexistência ou deficiente *firewall*.
- d)** Acesso ou visionamento de conteúdo inadequado ou susceptível de responsabilidade criminal.
- e)** Perda ou danificação de trabalhos devidas a interrupção do fornecimento do acesso à Internet ou a outro motivo de ordem técnica.

SECÇÃO IV
DAS SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES

Artigo 17º
Livro de sugestões e reclamações

Os P.M.B.L. colocarão à disposição dos utilizadores um livro de sugestões e reclamações, no modelo previsto no Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, visando o permanente acompanhamento e melhoramento dos serviços prestados.

CAPÍTULO IV
RESPONSABILIDADE E SANÇÕES

Artigo 18º

Responsabilidades dos utilizadores

1. Os utilizadores e os seus acompanhantes serão responsáveis pelos danos causados nos P.M.B.L., designadamente nas instalações, nos equipamentos, no mobiliário, por extravio de material, quer ocorram durante o período de utilização, quer decorram deste.
2. A avaliação dos prejuízos a que se refere o número anterior incumbe ao responsável dos P.M.B.L., que submeterá o montante do ressarcimento a despacho do superior hierárquico, e ao dirigente ou titular do órgão executivo municipal competente.
3. Em caso de incumprimento de qualquer disposição do presente Regulamento ou demais regras aplicáveis, será o utilizador infractor inibido do exercício dos direitos de utilização e de permanência nos P.M.B.L., por período de tempo que venha a ser julgado adequado e proporcional por despacho do dirigente ou titular do órgão executivo municipal competente, sob proposta do responsável pelos P.M.B.L. desde que concordante pelo superior hierárquico
4. Nos termos e para os efeitos do número anterior, constituem incumprimento das regras aplicáveis, designadamente, as seguintes condutas:
 - a) que consubstanciem ameaça ou agressão à integridade física de pessoas ou à sua segurança.
 - b) que ponham em risco ou danifiquem as instalações e bens.
 - c) que sejam incompatíveis com a natureza de um espaço público.
 - d) que violem os princípios de urbanidade e civismo.
 - e) desobediência às instruções recebidas dos monitores e demais funcionários em serviço nos P.M.B.L.
5. Em caso de evidência ou suspeita fundada da prática de crimes cibernéticos, o Município poderá suspender as contas dos utilizadores até integral apuramento de responsabilidades, sem prejuízo da participação às autoridades judiciárias competentes.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 19º

Interpretação e integração de lacunas

As dúvidas emergentes da interpretação e aplicação do presente Regulamento, ou os casos omissos, serão esclarecidos pela Câmara Municipal.

Artigo 20º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação.

ANEXO I

Postos	Ponto	Tipo de Acesso	Local
-	Assembleia Municipal	Wireless	Rua de Bafatá N13, Cruz de Pau 2845-050 Seixal
-	Auditório PIS	Wireless	Rua Lino de Carvalho N1, Cucena, 2840-748 Paio Pires
7	Espaço Internet Sta. Marta do Pinhal	Equipamento disponível para acesso	Av. Rui Grácio N65, Sta. Marta do Pinhal 2855-709 Seixal
13	Biblioteca/Auditório e Jardim da Qt. dos Franceses	Wireless	Qt. dos Franceses 2840 Seixal
2	Loja do Município de Arrentela	Equipamento disponível para acesso	Av. Dr. Arlindo Vicente N 68 B, Torre da Marinha 2840 Seixal
4	Loja do Município de Fernão Ferro	Idem	Rua da Igreja, lote 931, 2865-061 Fernão Ferro
4	Loja do Município de Paio Pires	Idem	Rua Ferreira de Castro, 12B, 2840 Paio Pires
4	Oficina da Juventude de Miratejo	Wireless c/ equipamento disponível para acesso	Rua Pablo Picasso, N1, Miratejo, 2855 Miratejo
1	Oficina Juventude de Amora	Equipamento disponível para acesso	Rua Jaime Cortesão, n.º 5 loja A – Paivas
-	Parque Desportivo da Verdizela	Wireless	Av. da Verdizela 2855 Corroios
-	Piscina da Amora	Wireless	Rua Domingos Bomtempo, Cruz de Pau, 2845-102 AMORA
-	Piscina de Corroios	Wireless	Av. Rui Grácio, Qta da Marialva, 2855 Corroios
6	Pólo de Biblioteca de Amora	Wireless c/ equipamento disponível para acesso	Largo da Rosinha, 2845-422 Amora
3	Pólo de Biblioteca de Corroios	Idem	Rua 1 Maio, 2855-108 Corroios
2	Pavilhão Municipal da Torre da Marinha	Equipamento disponível para acesso	Rua do Independente Futebol Clube Torrense, Torre da Marinha, 2840 Seixal
2	GAS – Serviço de Proximidade	Equipamento disponível para acesso	Rua Arq. José António Conde, Caves do Lote 13, Qt. da Princesa 2845 Amora
1	Estação ferroviária de Corroios	Quiosque multimédia	Estação Ferroviária de Corroios 2855 Corroios
1	Estação ferroviária do Fogueteiro	Quiosque multimédia	Estação Ferroviária do Fogueteiro 2840 Seixal
1	Estação ferroviária Foros de Amora	Quiosque multimédia	Estação Ferroviária dos Foros de Amora 2840 Seixal
1	Estação fluvial do Seixal	Quiosque multimédia	Terminal Fluvial do Seixal 2840 Seixal